



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 571/11

Institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná.

**Art. 2º** O Programa tem por objetivo financiar atividades agropecuárias, agrossilvicultura, turismo rural, artesanato rural e aquicultura, nas seguintes modalidades:

I – custeio: financiamento dos beneficiários enquadrados como jovens rurais, de acordo com o projeto específico de financiamento;

II – investimento: financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços na propriedade rural, de acordo com os projetos de empreendimentos com interesses individuais ou coletivos (associações ou cooperativas);

III – aquisição de terra: financiamento para aquisição de terras por jovens que não possuam propriedade ou sejam parceiros, arrendatários, meeiros ou trabalhadores assalariados rurais.

**Art. 3º** São beneficiários do Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural os jovens rurais com idade de 18 a 32 anos:

I – trabalhadores da agricultura familiar;

II – que exploram a terra na condição de arrendatários, meeiros, parceiros ou assalariados rurais;

III – que não disponham de título de propriedade;

IV – que tenham o trabalho familiar como base na exploração das atividades na propriedade rural;

V – que obtenham renda bruta anual familiar de até quarenta salários mínimos regionais, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários provenientes de atividades rurais.

**Art. 4º** Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizados com grupos de jovens agricultores, que atendam aos requisitos do art. 3º desta Lei, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizados com grupos de jovens agricultores, que atendam aos requisitos do art. 3º desta Lei, para finalidades individuais), com base nos princípios do associativismo e do cooperativismo.

**§ 1º** A liberação dos créditos exigirá projeto técnico que demonstre viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do empreendimento.

**§ 2º** O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e os sindicatos de trabalhadores rurais serão os responsáveis pelo fornecimento da carta de aptidão para o acesso ao crédito.

**Art. 5º** O Poder Executivo, por intermédio de regulamentação, disporá sobre as fontes de recursos para a viabilização do Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural, bem como sobre as formas de garantia para concessão do crédito pelas instituições financeiras credenciadas.

**Art. 6º** Os limites e os prazos para reembolso dos financiamentos serão os seguintes:

I – custeio: o limite máximo será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com prazo para liquidação do financiamento a partir da contratação;

II – investimento: o limite máximo será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com prazo de oito anos para a liquidação do financiamento, incluindo três anos de carência, a partir da contratação;

III – aquisição de terra: o limite máximo será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com prazo de vinte anos para a liquidação do financiamento, incluindo três anos de carência, a partir da contratação.

§ 1º Os limites de crédito para cada modalidade de financiamento serão atualizados monetariamente a cada exercício fiscal, tendo por base a poupança.

§ 2º Os beneficiários desta Lei poderão ter renovação automática de seu contrato como bônus de adimplência quando os pagamentos forem efetuados nos seus respectivos vencimentos até o final do contrato.

§ 3º Os financiamentos enquadrados nesta Lei terão tratamento especial.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 041/13

Concede o Título de Cidadão  
Honorário do Estado do Paraná ao  
Senhor Dinarte Antonio Vaz.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do  
Estado do Paraná ao Senhor Dinarte Antonio Vaz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2013.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.  
Relator

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


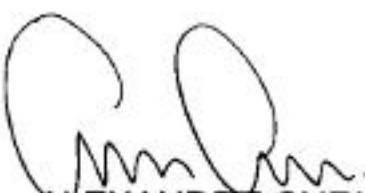

### Redação Final ao Projeto Lei nº 092/13

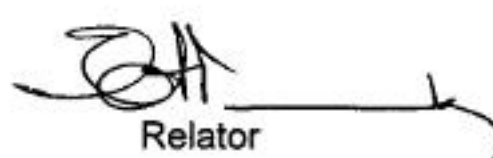
Declara de Utilidade Pública a  
Associação Luciane Mary Paris,  
com sede e foro no Município de  
Colombo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação  
Luciane Mary Paris, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2013.

   
ALEXANDRE CURI  
Presidente 

  
Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 732/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 SET. 2011

*Quarta*  
1º Secretário

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO UNIFAMMA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto UNIFAMMA, com sede e foro no município de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2011.

  
CESAR SILVESTRI FILHO  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto UNIFAMMA, tem como objetivo principal o desenvolvimentos de atividades beneficentes e de assistência social, do meio ambiente, da saúde, da educação, de formação científica cultural e de promoção sócio-econômica das comunidades menos favorecidas de Maringá. A entidade trabalha pelo desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e idosos, buscando sua integração à família e a sociedade.

Para o cumprimento destas metas e o desenvolvimento integral das ações programadas, a Associação desenvolve programas culturais, educacionais. Uma das metas da entidade é melhorar a geração de renda das pessoas atendidas, através de sua inclusão no mercado de trabalho.

Para atingir estes objetivos a Associação mantém convênios e termos de cooperação com o poder público nas suas diferentes esferas e representações. A entidade desenvolve parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, entidades particulares, a fim de obter os recursos necessários à organização, aplicação, melhoria e manutenção de seus serviços.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres deputados desta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que apresento por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 732/2011**

Projeto de Lei nº. 732/2011

Autora: Deputado Cesar Silvestri Filho

*Súmula: Declara de Utilidade Pública o*  
**INSTITUTO UNIFAMMA**, com sede e foro no  
*Município de Maringá, Estado do Paraná.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO UNIFAMMA**, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



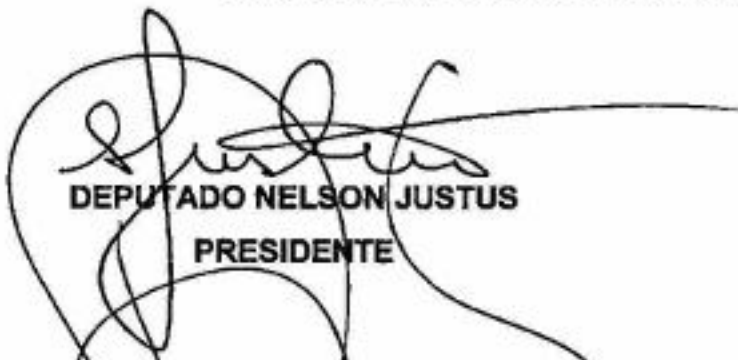
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*








**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 09 de Abril de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
**APROVADO**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 06 / 2013

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 15 ABR. 2013

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de janeiro de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de janeiro de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 09 de abril de 2013.

DEPUTADO DEILIO GENARI  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ALEXANDRE KHURY  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

### Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 030/2013-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 030/2013-CTC, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de janeiro de 2013, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Analisado o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatou-se que as contas prestadas estão exatas, obedecendo a legislação em vigor, concluindo este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 09 de abril de 2013

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO ALEXANDRE KHURY**  
Relator